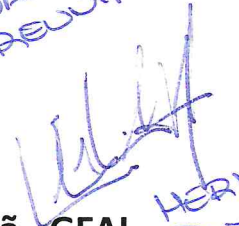




# Relatório Anual de Contas 2020

APROVADO PELA ASSEMBLEIA GERAL  
NA REUNIÃO DE 20 MARÇO 2021

Grupo de Etnologia e Arqueologia da Lourinhã - GEAL

  
HERÁCLIO MERGULHÃO  
PRESIDENTE MA

**GEAL - GRUPO ETNOLOGIA ARQUEOLOGIA LOURINHA**  
**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

**Contribuinte: 501419500**  
**Moeda: (Valores em Euros)**

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	77 570,37	76 635,09
Investimentos financeiros	11.1	1 046,81	852,54
		78 617,18	77 487,63
Activo corrente			
Inventários	6	19 761,74	21 416,06
Créditos a receber	11.2	29,64	5 000,00
Estado e outros entes públicos	11.8	20,28	39,33
Diferimentos	11.4	987,45	823,77
Outros ativos correntes	11.3	24 255,66	25 435,95
Caixa e depósitos bancários	11.5	80 801,72	119 801,34
		125 856,49	172 516,45
Total do ativo		204 473,67	250 004,08
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Reservas	11.6	28 363,86	28 363,86
Resultados transitados	11.6	181 629,57	184 974,31
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	11.6	12 462,67	13 233,56
		222 456,10	226 571,73
Resultado líquido do período		-32 001,05	-3 344,74
Total dos fundos patrimoniais		190 455,05	223 226,99
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11.7	996,93	7 341,62
Estado e outros entes públicos	11.8	2 754,70	3 717,68
Diferimentos	11.4	340,88	256,00
Outros passivos correntes	11.9	9 926,11	15 461,79
		14 018,62	26 777,09
Total do passivo		14 018,62	26 777,09
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		204 473,67	250 004,08

A Direção

O CC

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

Assinado por: **ISABEL MARIA PEREIRA BAPTISTA**  
**MARTINS CORREIA**  
 Num. de Identificação: 066000173  
 Data: 2021.03.18 11:17:36+00'00'  
 Certificado por: **Ordem dos Contabilistas Certificados.**  
 Atributos certificados: **Membro da OCC nº 2453.**



**GEAL - GRUPO ETNOLOGIA ARQUEOLOGIA LOURINHA**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

**Contribuinte: 501419500**

**Moeda: EUROS**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	7	27.898,26	81.610,98
Subsídios, doações e legados à exploração	8, 11.10	88.470,06	121.167,99
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-7.886,21	-9.317,41
Fornecimentos e serviços externos	11.11	-38.342,82	-72.561,04
Gastos com o pessoal	9	-88.153,94	-114.142,35
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11.2	-2.729,64	-2.703,03
Outros rendimentos	11.12	837,85	2.262,12
Outros gastos	11.13	-1.096,70	-2.231,50
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>-21.003,14</b>	<b>4.085,76</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-11.064,72	-7.587,79
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-32.067,86</b>	<b>-3.502,03</b>
Juros de Mora e Compensatorios	11.14	-14,30	0,00
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	7, 11.14	81,11	157,29
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>-32.001,05</b>	<b>-3.344,74</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-32.001,05</b>	<b>-3.344,74</b>

A Direção

O CC

*Isabel Maria Pereira Baptista*  
*Margarida Nobre*  
*Helena*  
*Cualuz*  
*António*

Assinado por: **ISABEL MARIA PEREIRA BAPTISTA**  
**MARTINS CORREIA**

Num. de Identificação: 066000173

Data: 2021.03.18 11:23:21+00'00'

Certificado por: **Ordem dos Contabilistas Certificados.**

Atributos certificados: **Membro da OCC nº 2453.**



**GEAL - GRUPO ETNOLOGIA ARQUEOLOGIA LOURINHA**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2020	2019
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		36 943,57	78 069,33
Pagamentos a fornecedores		-22 214,17	-66 194,76
Pagamentos ao pessoal		-92 255,29	-112 745,85
Caixa gerada pelas operações		-77 525,89	-100 871,28
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		19,05	-39,33
Outros recebimentos/pagamentos		50 624,22	90 951,27
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-26 882,62	-9 959,34
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-12 000,00	-3 762,92
Investimentos financeiros		-198,11	-197,45
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		81,11	157,29
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-12 117,00	-3 803,08
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	0,00
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		-38 999,62	-13 762,42
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		0,00	0,00
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		119 801,34	133 563,76
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		80 801,72	119 801,34

A Direção

O CC

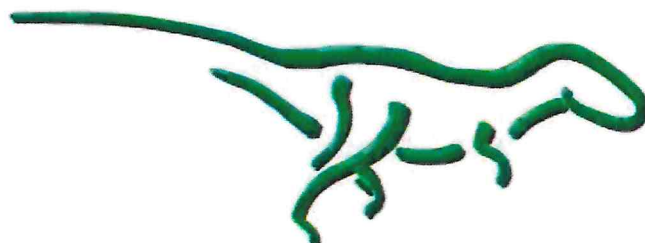
*Isabel Maria Pereira Baptista*  
*Margarida Nobre*  
*lh*  
*Cualuz*  
*HA*  
*António S. S. O. O.*

Assinado por: **ISABEL MARIA PEREIRA BAPTISTA**  
**MARTINS CORREIA**  
 Num. de Identificação: 066000173  
 Data: 2021.03.18 11:21:04+00'00'  
 Certificado por: **Ordem dos Contabilistas Certificados.**  
 Atributos certificados: **Membro da OCC nº 2453.**





Cur  
H  
H  
\*



**MUSEU DA LOURINHÃ**

# **GEAL - GRUPO ETNOLOGIA ARQUEOLOGIA LOURINHA**

**Anexo**

**18 de março de 2021**

## Índice

1	Identificação da Entidade .....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	3
3	Principais Políticas Contabilísticas .....	4
3.1	Bases de Apresentação .....	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: .....	12
5	Ativos Fixos Tangíveis .....	12
6	Inventários .....	13
7	Rédito .....	13
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	14
9	Benefícios dos empregados .....	14
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	15
11	Outras Informações .....	15
11.1	Investimentos Financeiros .....	15
11.2	Clientes e Utentes .....	15
11.3	Outras contas a receber .....	16
11.4	Diferimentos .....	16
11.5	Caixa e Depósitos Bancários .....	16
11.6	Fundos Patrimoniais .....	17
11.7	Fornecedores .....	17
11.8	Estado e Outros Entes Públicos .....	17
11.9	Outras Contas a Pagar .....	17
11.10	Subsídios, doações e legados à exploração .....	18
11.11	Fornecimentos e serviços externos .....	18
11.12	Outros rendimentos .....	18
11.13	Outros gastos .....	19
11.14	Resultados Financeiros .....	19
11.15	Acontecimentos após data de Balanço .....	19

## **1 Identificação da Entidade**

O Grupo de Etnologia e Arqueologia da Lourinhã, também designado por GEAL, é uma pessoa coletiva de direito privado, fundada em 1981 por tempo indeterminado, com sede na rua João Luís de Moura, nº 95, na Lourinhã. O GEAL é uma associação cultural sem fins lucrativos, de reconhecida utilidade pública, que dedica especial atenção às seguintes áreas do conhecimento:

\* Nas Ciências da Natureza, à Geologia e à Biologia, nomeadamente à Paleontologia e ao Ambiente;

\* Nas Ciências Sociais, à História, nomeadamente à Arqueologia e à Etnografia.

- "Salvaguardar, defender e valorizar o património natural e cultural
- "Promover o estudo e divulgação desse património, prioritariamente através do Museu da Lourinhã;
- "Defender o ambiente e a conservação da natureza
- "Promover o pensamento científico, o gosto pela descoberta e a aproximação às boas práticas de preservação do património, designadamente junto da população jovem;
- "Promover a qualidade de vida com especial foco no concelho da Lourinhã

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para





Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

### **3 Principais Políticas Contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### **3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

##### **3.1.2 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### **3.1.3 Compreensibilidade**

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.





#### **3.1.4 Relevância**

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

#### **3.1.5 Materialidade**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

#### **3.1.6 Fiabilidade**

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

#### **3.1.7 Representação Fidedigna**

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

#### **3.1.8 Substância sobre a forma**

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.



### **3.1.9 Neutralidade**

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

### **3.1.10 Prudência**

A incerteza e o risco marcam o cotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

### **3.1.11 Plenitude**

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

### **3.1.12 Comparabilidade**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## **3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

### **3.2.1 Fluxos de Caixa**

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

### 3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3



### 3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	5
Outros Ativos fixos tangíveis	5

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

### 3.2.4 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são



registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Parte do valor espelhado nesta rubrica é referente ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT).

### 3.2.5 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

O Geal adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

### 3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

### Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **3.2.7 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

#### **3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e



cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

#### **4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### **5 Ativos Fixos Tangíveis**

##### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2019					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	54 500,14	4495,06				58 995,20
Equipamento básico	31 967,38	30176,06				62 143,44
Equipamento de transporte	2 650,00					2 650,00
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	18 646,51	3762,92				22 409,43
Outros Ativos fixos tangíveis	4 972,24					4 972,24
<b>Total</b>	<b>112 736,27</b>	<b>38 434,04</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>151 170,31</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	15 751,17	2 997,33				18 748,50
Equipamento básico	28 095,71	2 417,39				30 513,10
Equipamento de transporte	2 373,96	276,04				2 650,00
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	16 419,46	1 631,28				18 050,74
Outros Ativos fixos tangíveis	4 307,13	265,75				4 572,88
<b>Total</b>	<b>66 947,43</b>	<b>7 587,79</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>74 535,22</b>

Descrição	2020					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	58 995,20					58 995,20



Equipamento básico	62 143,44	12000,00				74 143,44
Equipamento de transporte	2 650,00					2 650,00
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	22 409,43					22 409,43
Outros Ativos fixos tangíveis	4 972,24					4 972,24
<b>Total</b>	<b>151 170,31</b>	<b>12 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>163 170,31</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	18 748,50	2 725,86				21 474,36
Equipamento básico	30 513,10	6 272,78				36 785,88
Equipamento de transporte	2 650,00					2 650,00
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	18 050,74	1 800,33				19 851,07
Outros Ativos fixos tangíveis	4 572,88	265,75				4 838,63
<b>Total</b>	<b>74 535,22</b>	<b>11 064,72</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>85 599,94</b>

## 6 Inventários

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2019				2020		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	23 926,69	6 594,11	0,00	21 416,06	6 240,89	0,00	19 761,74
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	242,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>23 926,69</b>	<b>6 836,78</b>	<b>0,00</b>	<b>21 416,06</b>	<b>6 240,89</b>	<b>0,00</b>	<b>19 761,74</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				9 317,41			7 886,21
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

## 7 Rédito

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2020	2019
Vendas	12 099,47	17 772,59
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas de utilizadores	15 798,79	47 638,39
Quotas e joias	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00

Serviços secundários	0,00	16 200,00
Juros	81,11	157,29
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>27 979,37</b>	<b>81 768,27</b>

## 8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2020	2019
<b>Subsídios do Governo</b>		
C M Lourinhã	54 499,69	42 500,00
União Freguesia Lourinhã Atalaia	1 000,00	
<b>Apoios do Governo</b>		
ISS, IP - Centro Distrital	10 741,15	
<b>Total</b>	<b>66 240,84</b>	<b>42 500,00</b>

## 9 Benefícios dos empregados

Nos períodos de 2019 e 2020 número de membros efetivos dos órgãos sociais foi de 13, sendo dois membros da mesa da assembleia-geral, oito membros da direção e três membros do conselho fiscal.

Os membros dos órgãos sociais não usufruem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2019 foi de "7" e em 31/12/2020 foi de "7".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	73 182,40	91 197,84
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	12 425,42	18 669,72
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	2 263,07	2 581,09
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	283,05	1 693,70
<b>Total</b>	<b>88 153,94</b>	<b>114 142,35</b>



## 10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

O Geal não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2020	2019
<b>Investimentos em subsidiárias</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em associadas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em entidades conjuntamente controladas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos noutras empresas</b>	<b>500,00</b>	<b>500,00</b>
<b>Outros investimentos financeiros</b>	<b>546,81</b>	<b>352,54</b>
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>1 046,81</b>	<b>852,54</b>

### 11.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2020 e 2019 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2020	2019
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Clientes	0,00	5 000,00
Utentes	29,64	0,00
<b>Clientes e Utentes títulos a receber</b>		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
<b>Clientes e Utentes factoring</b>		
Clientes		
Utentes		
<b>Clientes e Utentes cobrança duvidosa</b>		
Clientes		
Utentes		
<b>Total</b>	<b>29,64</b>	<b>5 000,00</b>

Nos períodos de 2020 e 2019 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2020	2019
Cientes	2 729,64	2 703,03
Utentes	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>2 729,64</b>	<b>2 703,03</b>

### 11.3 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2019
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	6 124,91	6 012,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	18 130,75	19 423,95
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>24 255,66</b>	<b>25 435,95</b>

### 11.4 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguros	637,45	473,77
Rendas	350,00	350,00
<b>Total</b>	<b>987,45</b>	<b>823,77</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
Quotas	340,88	256,00
<b>Total</b>	<b>340,88</b>	<b>256,00</b>

### 11.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2020	2019
Caixa	391,22	267,88
Depósitos à ordem	410,50	39 533,46
Depósitos a prazo	80 000,00	80 000,00
Outros		
<b>Total</b>	<b>80 801,72</b>	<b>119 801,34</b>



### 11.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	28 363,86	0,00	0,00	28 363,86
Resultados transitados	184 974,31	0,00	-3 344,74	181 629,57
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	13 233,56	0,00	-770,89	12 462,67
<b>Total</b>	<b>226 571,73</b>	<b>0,00</b>	<b>-4 115,63</b>	<b>222 456,10</b>

### 11.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Fornecedores c/c	996,93	7 341,62
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>996,93</b>	<b>7 341,62</b>

### 11.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	20,28	39,33
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>20,28</b>	<b>39,33</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	488,83	1 238,40
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	501,00	325,00
Segurança Social	1 748,07	2 133,33
Outros Impostos e Taxas	16,80	20,95
<b>Total</b>	<b>2 754,70</b>	<b>3 717,68</b>

### 11.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2020		2019	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00

Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		9 926,11		14 930,89
Outros credores		0,00		530,90
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>9 926,11</b>	<b>0,00</b>	<b>15 461,79</b>

### 11.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2020 e 2019, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2020	2019
Subsídios do Estado e outros entes públicos	66 240,84	42 500,00
Subsídios de outras entidades	19 637,22	78 667,99
Doações e heranças	2 592,00	0,00
Legados	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>88 470,06</b>	<b>121 167,99</b>

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

### 11.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

Descrição	2020	2019
Subcontratos	6 539,17	15 844,74
Serviços especializados	12 085,84	10 378,05
Materiais	4 697,35	20 032,76
Energia e fluidos	809,01	1 437,63
Deslocações, estadas e transportes	1 433,61	10 033,57
Serviços diversos	12 777,84	14 834,29
<b>Total</b>	<b>38 342,82</b>	<b>72 561,04</b>

### 11.12 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	66,96	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos	770,89	2 262,12
<b>Total</b>	<b>837,85</b>	<b>2 262,12</b>



### 11.13 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Impostos	140,59	55,05
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	956,11	2 176,45
<b>Total</b>	<b>1 096,70</b>	<b>2 231,50</b>

### 11.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2020	2019
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	14,30	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>14,30</b>	<b>0,00</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	81,11	157,29
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>81,11</b>	<b>157,29</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>66,81</b>	<b>157,29</b>

### 11.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

LOURINHA, 31 de dezembro de 2020

O Contabilista Certificado  
Assinado por: **ISABEL MARIA PEREIRA BAPTISTA**  
**MARTINS CORREIA**  
Num. de Identificação: 066000173  
Data: 2021.03.18 11:28:48+00'00'  
Certificado por: Ordem dos Contabilistas Certificados.  
Atributos certificados: **Membro da OCC nº 2453.**



**CARTÃO DE CIDADÃO**

RUA JOAO LUIS DE MOURA

NIF:501419500 - Publicação em Diário da República

GIA LOURINHA

A Direção

*[Handwritten signatures and stamps]*  
19  
© F3M – Information Systems, SA